

O GOVERNO DE ANGOLA E O TRÁFICO DE ESCRAVOS (1611-1623)

Prof^a Dr^a Silvia Hunold Lara (orientadora) / Janáina do Amaral (bolsista). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de História. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult).

Resumo

Este trabalho tem por objetivo principal analisar as atitudes de alguns governos de Angola diante da escravidão e do tráfico negreiro nas primeiras décadas do século XVII. A pesquisa foi feita por meio do levantamento das normas legais sobre o tema a partir da coletânea de documentos organizada por Antonio Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, e da coleta de informações na bibliografia especializada. Paralelamente, a bolsista participou da alimentação da Base de Dados "Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa" (<http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>), referenciando e inserindo os textos legais referentes ao trabalho escravo na África reproduzidos nessa compilação, bem como revisando as normas legais sobre o tema que integram as Ordenações Manuelinas e Filipinas.

Palavras-chave:

Angola; Tráfico de Escravos; Governo colonial.

Introdução

Esta pesquisa buscou analisar a posição dos governos de Angola diante do crescimento do tráfico de escravos, entre 1611-1623. O domínio português sobre a África Central se fez por meio de guerras e acordos com as lideranças centro-africanas, a fim de alimentar o comércio transatlântico de escravos. O principal governador desse período foi Luís Mendes de Vasconcelos (1617-1621), enviado à Angola para estancar a corrupção, regulamentar o tráfico e reverter os impostos para Portugal. Para melhor compreender esse contexto, a pesquisa se debruçou sobre os dois governos anteriores, de Bento Banha Cardoso (1611-1615) e Manuel Cerveira Pereira (1615-1617), e avançou até o fim do mandato de João Correia de Souza (1621-1623). Como fonte documental, utilizou-se a coletânea organizada por Antonio Brásio, *Monumenta Missionária Africana*¹, que serviu de base para o levantamento dos textos legais sobre o tráfico e o trabalho escravo, bem como a *História geral das guerras angolanas*², de Oliveira Cadornega.

Resultados e Discussão

Estruturada em dois eixos básicos, a pesquisa se desenvolveu a partir da análise de algumas fontes, combinada com a leitura de autores fundamentais sobre os contratos de vassalagem e a cobrança de tributos na

região, como Beatrix Heintze³ e de autores que tratam dos papéis das autoridades políticas portuguesas e africanas no comércio atlântico, como Linda M. Heywood e John Thornton entre outros⁴.

Paralelamente foram inseridas informações sobre os documentos legais sobre o tráfico e o trabalho escravo na Base de Dados "Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa" (<http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>). Finalizou-se o levantamento de normas legais publicada na *Monumenta Missionária Africana* relativas ao tráfico e à escravidão e se fez o cotejamento entre as Ordenações Manuelinas e Filipinas, com a inserção das normas que equivalentes que ainda não estavam disponíveis.

Conclusões

O trabalho de levantamento de normas legais resultou na inserção e indexação de 209 novos textos legais na Base de Dados. Além disso, a análise dos documentos levantados e as leituras realizadas permitiram pensar as guerras e acordos de avassalamento com as lideranças centro-africanas e sua relação com o tráfico de escravos.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do PIBIC\CNPq\UNICAMP a esta pesquisa.

3 HEINTZE, Beatrix. "The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century", *Revista de História Económica e Social*, n. 6 (1980), pp. 57-78

4 HEYWOOD, Linda M. e THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles and the foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007. Ver também BIRMINGHAM, David. *The Portuguese conquest of Angola*, Londres: Oxford University Press, 1965; e SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

1 BRÁSIO, Padre Antônio (ed.). *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1988, 15 volumes [edição digital por Miguel Jasmins Rodrigues]. Lisboa: IICT, 2011]

2 CADORNEGA, António de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agência- Geral do Ultramar, 1972, 3 vols.